

Mensagem nº 346

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Os méritos do Senhor Paulino Franco de Carvalho Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.

Brasília, 8 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 385 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO*

CPF: 500.108.329-04

ID: 9066 MRE

1961 Filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho, nasce em 13 de fevereiro, em Curitiba/PR

Dados Acadêmicos:

1985 CPCD - IRBr
1988 Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF
1995 CAD - IRBr
2007 CAE - IRBr, "As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros"

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
1993 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1986-88 Secretaria de Orçamento e Finanças, Assistente
1988-91 Secretaria de Relações com o Congresso, Assistente
1991-95 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo Secretário
1995-99 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1999 Cerimonial, assistente
1999-03 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assistente e Assessor
2003-07 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
2008-09 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
2009-10 Divisão de Serviços Gerais, Chefe
2010-13 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2013-13 Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete
2013 Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Diretor

Chefias de Delegação:

2010 Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe sobre o Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Panamá
2010 II Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação no âmbito do Protocolo de Cartagena (Biossegurança) da Convenção de Diversidade Biológica, Kuala Lumpur
2010 IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Cali
2010 XIV Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, Nairóbi
2010 II Sessão da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2010 Reunião do Grupo Inter-regional de Negociação do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2010 V Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Nagoya

2011	13ª Sessão da Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO, Roma
2011	X Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Changwon
2012	II Sessão Plenária de Negociação da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Panamá
2012	XVI Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2012	VI Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Hyderabad
2012	48ª Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Yokohama
2013	Segunda Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Especialistas em Financiamento Florestal do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, Viena
2013	I Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Bonn
2013	XVI Conferência das Partes na Convenção sobre Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), Bangkok

Condecorações:

2001	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
2002	Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2008	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2015	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

2015	"Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos" in: Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2
------	---

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANGOLA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE ANGOLA

NOME OFICIAL:	República de Angola
CAPITAL:	Luanda
ÁREA:	1.246.700 km ²
POPULAÇÃO:	24,2 milhões (2014) - Banco Mundial
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões africanas (47%), católica (38%), protestante (15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional – Parlamento unicameral, composto por 220 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Eduardo dos Santos
CHANCELER:	Georges Chikoti
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US\$ 138,36 bilhões (2013)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 152,5 bilhões (2011)
PIB <i>PER CAPITA</i>	US\$ 5.890 (2013)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i>	US\$ 6.950 (2011)
VARIAÇÃO DO PIB	10,3% (2013); 13,2% (2012)
IDH (2014):	0,532 (149ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	52,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	72,9% (est.)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):	6,8% (2014) - Banco Mundial
UNIDADE MONETÁRIA:	kwanza
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Nelson Manuel Cosme
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 15 mil pessoas

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Angola
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,1%	1,00%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,1%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2,0%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616

APRESENTAÇÃO

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços no sentido da diversificação econômica.

República presidencialista, o país está administrativamente dividido em 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

Localizado na costa sudoeste do continente africano e com 1.246.700 km² de extensão, o território angolano é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo; a Leste, pela Zâmbia; e ao Sul, pela Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem uma costa de 1.650km de extensão. A temperatura média em Luanda é de 26 graus, sendo raro fazer frio. Em algumas províncias do Planalto Central

angolano a temperatura pode cair um pouco mais, chegando a 15 graus. Em Luanda e províncias do Norte, as temperaturas no verão variam entre 30 e 36 graus.

Com pouco mais de 24 milhões de pessoas, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu. A língua oficial é o Português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

PERFIL BIOGRÁFICO

José Eduardo dos Santos

Presidente da República



Nasceu em agosto de 1943, em Luanda. Iniciou a atividade política após a criação, em 1956, do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em grupos clandestinos estabelecidos nos subúrbios da capital. Em 1961, com o início da luta pela independência, deixou o país e passou a coordenar a atividade da Juventude do MPLA em Brazzaville. Exerceu diversas funções político-militares na província de Cabinda. Com a independência, tornou-se Ministro de Negócios Estrangeiros (1975-77). Assumiu a chefia do MPLA e a posição de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de

Libertação de Angola (FAPLA) (1979-80). Presidiu a Assembleia do Povo (1980-1992). Tornou-se Presidente em 1992, após vencer, no primeiro turno, as primeiras eleições multipartidárias de Angola. Reelegeu-se nas eleições de agosto de 2012.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda.

A “Declaração de Parceria Estratégica”, assinada em 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. No âmbito da parceria, criou-se a Comissão Bilateral de Alto Nível, com vistas ao aprofundamento, por meio de encontros regulares entre os Chanceleres, do diálogo sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. Realizaram-se, até o momento, 4 encontros no âmbito daquela Comissão. A última reunião do mecanismo ocorreu em abril de 2016, quando o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Luanda. As outras edições ocorreram: I Reunião, em outubro de 2012, em Brasília; II Reunião, em abril de 2015, em Luanda; III Reunião, em novembro de 2015, em Brasília, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Visitas presidenciais recentes

Houve quatro visitas presidenciais durante o governo Lula, que esteve em Luanda em 2003 e 2007 e recebeu o presidente José Eduardo dos Santos em 2005 e 2010. A presidenta Dilma Rousseff visitou Luanda em 2011, durante seu primeiro périplo pela África.

A mais recente visita presidencial ocorreu em junho de 2014, quando o presidente José Eduardo dos Santos, no contexto da Copa do Mundo, realizou visita ao Brasil. Durante a visita, José Eduardo dos Santos avistou-se com a presidenta Dilma, ocasião em que se assinou o Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios.

Visitas ministeriais recentes

Em abril de 2016, o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Luanda. Na ocasião, os dois Chanceleres presidiram a IV Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível, oportunidade em passaram em revista os principais

temas da agenda bilateral, regional e multilateral de interesse comum. O Ministro Mauro Vieira foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Tratou-se da segunda visita a Angola desde que o Ministro assumiu a Chefia do Ministério das Relações Exteriores. Anteriormente, o Ministro Mauro Vieira havia visitado Luanda em abril de 2015, quando presidiu com seu homólogo a II Reunião da Comissão Bilateral e também se avistou com o Presidente José Eduardo dos Santos. Naquela ocasião, foram assinados o “Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, Agricultura, Energia e Serviços”, bem como o “Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos” (hoje em fase de aprovação congressional).

A mais recente visita do Ministro Georges Chikoti ao Brasil teve lugar em novembro de 2015, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. No dia 13 de novembro de 2015, o Ministro Georges Chikoti e o Ministro Mauro Vieira mantiveram reunião de trabalho, dando sequência aos contatos que mantiveram, em abril de 2015, em Luanda. Naquele mesmo dia, os dois Ministros também inauguraram o Seminário “40 Anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil”, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Para além das visitas dos dois Chanceleres, o ano de 2015 foi marcado por uma série de outras visitas ministeriais de lado a lado.

Em julho de 2015, o Ministro das Finanças de Angola, Armando Manuel, avistou-se, em Brasília, com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e o então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Naquele mesmo mês, a Ministra das Pescas de Angola, Sra. Victória de Barros Neto, também esteve no Brasil, ocasião em que, entre outros compromissos, inaugurou o “Seminário Brasil-Angola sobre Pesca e Aquicultura”, ao lado de seu homólogo brasileiro, Ministro Helder Barbalho. Os dois Ministros avaliaram temas da agenda bilateral na área de pesca e aquicultura.

Em setembro de 2015, o Ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira, visitou Luanda, por ocasião da inauguração do Centro Cultural Brasil-Angola, ocasião em que se avistou com sua homóloga angolana, Rosa Cruz e Silva.

Cooperação técnica

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa.

Atualmente, a cooperação técnica entre Brasil e Angola resume-se a alguns poucos projetos, destacando-se: i. “Projeto-Piloto em Doença Falciforme” (a ser finalizado ainda este ano), que busca capacitar médicos e enfermeiros do Hospital Pediátrico David Bernardino no diagnóstico e tratamento da doença falciforme; ii. “Capacitação do Sistema de Saúde do Governo de Angola” (a ser finalizado ainda este ano), que busca capacitação nos campos de ensino, ciência e tecnologia no país, incluindo comunicação e informação; iii. “Fortalecimento da Capacidade de Pesquisa e Inovação dos Institutos de Investigação Agrônômica e Veterinária de Angola”, iniciativa conjunta do governo brasileiro e da FAO, que também deverá ser concluída neste ano.

Dentre os projetos já realizados, destaque-se o projeto Escola de Todos – Fase II, concluído tecnicamente em 2015, que contribuiu para a iniciativa do Ministério da Educação angolano de elaborar projeto de lei que previsse a criação de política pública nacional de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas públicas angolanas. Merece, ainda, destaque o projeto de Capacitação em Saúde Pública, que viabilizou a formação de 15 mestres angolanos em saúde pública. A iniciativa contou com a parceria da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz).

Cooperação educacional

Angola é um dos principais países beneficiados pelo PEC-G. É o terceiro país em número de estudantes, atrás apenas de Cabo Verde e Guiné Bissau. Nos últimos 10 anos, foram beneficiados 698 estudantes angolanos. A maioria dos angolanos no PEC-G recebe bolsa mensal, no valor de US\$500, do Instituto Nacional de Bolsa de Estudos (INAGBE) de Angola. No caso de carência de recursos, os estudantes com destacado rendimento escolar também são

contemplados, semestralmente, com a Bolsa-Mérito ou com a Bolsa MRE. Nos dois semestres de 2015, 40 angolanos foram selecionados para o recebimento do auxílio.

Angola também ocupa posição de destaque no Programa de Estudantes–Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). É o terceiro país africano em número de participantes do Programa (59 nos últimos dez anos), após Cabo Verde e Moçambique.

Cooperação cultural

Por ocasião da visita do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, a Luanda, em setembro de 2015, foram inauguradas as novas instalações da Casa de Cultura Brasil-Angola. A mudança é resultado de Memorando de Entendimento, assinado em 2009, para a cessão recíproca de imóveis históricos para abrigar os Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil (que já funciona em edifício cedido pelo governo da Bahia no Pelourinho, Salvador). Por esse instrumento, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) comprometeu-se a restaurar integralmente prédio histórico em Luanda e cedê-lo ao governo brasileiro. O imóvel tem 1.700 metros quadrados de área, foi totalmente reconstruído, com novas fundações, estruturas, paredes e revestimentos. Dispõe de quatro salas de aula, seis salas para oficinas, biblioteca, espaço para exposições e teatro completamente equipado, com capacidade para 175 pessoas.

Cooperação Jurídica Brasil-Angola

No âmbito da CPLP, encontram-se vigentes para o Brasil, desde 2013, os Acordos de Extradução e de Transferência de Pessoas Condenadas. Os referidos Acordos possuem cláusula específica determinando a revogação dos Tratados bilaterais anteriores sobre ambos os institutos, celebrados em 2005.

Em 2005, celebrou-se Convenção da CPLP sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. Ambos os países ratificaram a Convenção da CPLP sobre o tema, ainda não promulgado pelo Brasil. Atualmente, os pedidos de auxílio jurídico entre as partes tramitam com base em promessa de reciprocidade.

O Brasil propôs recentemente o entabulamento de negociações com vistas à celebração de instrumento bilateral de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil. Registre-se que a inexistência de tal tipo de acordo, contudo, não impede a formulação e atendimento de pedidos com base em promessa de reciprocidade.

Cooperação em defesa

O setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar. A intensidade da cooperação nesse setor decorre, entre outros, da grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares, à luz do fato de que as Forças Armadas Angolanas (FAA) se encontram em meio a processo de estabelecimento de academias de formação militar.

Trocas de visitas de altas autoridades do Ministério da Defesa também demonstram a coesão das relações bilaterais nessa área. Entre outras visitas, destaquem-se a do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Angola em fevereiro de 2013 e a do Ministro da Defesa de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, a Brasília em agosto de 2014. Destaque-se, ainda, a visita do Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, General de Exército Sérgio Westphalen Etchegoyen, a Luanda, em outubro de 2015. Em todas essas ocasiões, discutiram-se possíveis linhas de ação para a cooperação no tema de defesa.

Embora já bastante intensa, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto, inicialmente assinado em 2010, teve de ser revisto de forma adequar-se à nova lei brasileira de acesso à informação. A assinatura do referido acordo permitirá a intensificação da cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa.

Há interesse, igualmente, de explorarem-se novas parcerias na indústria de defesa, em particular no segmento aeronáutico. Há vários anos, aeronaves Embraer (EMB-110, Bandeirante, EMB-120, Brasília, ERJ-135, ERJ-145 e EMB-312, Tucano) são operadas em Angola. As aeronaves militares EMB-312, Tucano, equipam a Força Aérea Angolana desde 1998. Em 2009, foram adquiridas pela Força Aérea Nacional de Angola (FANA) seis aeronaves A-29 (EMB-314) Super Tucano. O primeiro lote, de três Super Tucano, foi entregue em julho de 2013. O segundo lote, também de três aeronaves, foi entregue no final do mesmo ano.

Registre-se, por fim, que o Ministério da Defesa brasileiro, por meio da empresa EMGEPRON (vinculada diretamente ao Comando da Marinha), prestou apoio técnico ao estudo do levantamento da plataforma continental

angolana. Os trabalhos foram concluídos em dezembro de 2013. O projeto teve impacto muito positivo junto às autoridades militares angolanas. A especial relevância do projeto reside no fato de que a maior parte da produção de petróleo de Angola, principal fonte de receitas do país, dá-se em bacias marítimas.

Cabos submarinos

A empresa Angola Cables pretende construir cabo submarino de fibra óptica entre Fortaleza e Luanda. Em 24 de julho de 2015, a Prefeitura de Fortaleza e a empresa angolana assinaram contrato de concessão de terreno para construção de um “datacenter” e uma central para conexão dos cabos. A Angola Cables estima investir R\$ 72 milhões no Brasil. A Telebrás dispôs-se a cooperar na etapa de ancoragem do cabo no litoral brasileiro. Há previsão de que a conexão entre em funcionamento a partir de 2017.

Reforma do Conselho de Segurança

Angola já manifestou, em várias ocasiões, apoio à candidatura do Brasil a membro permanente em CSNU reformado. Esse apoio foi reiterado pelo Presidente de Angola em comunicado conjunto emitido na visita da Presidenta Dilma Rousseff a Luanda, em outubro de 2011.

Assuntos consulares

A Embaixada em Luanda é a única representação brasileira no país.

A comunidade brasileira residente em Angola está estimada em cerca de 15 mil pessoas (dados de 2015).

Empréstimos e financiamentos oficiais

No período de 1998 a 2015, o BNDES desembolsou cerca de 34,7 bilhões de dólares para financiar a exportação de bens e serviços brasileiros para todo o mundo, em operações pós-embarque.

Nesse período, Angola foi o terceiro maior destino de exportações financiadas pelo BNDES (3,39 bilhões de dólares, ou 9,7% do total), superada apenas pelos Estados Unidos (14,3 bilhões de dólares) e pela Argentina (3,4 bilhões de dólares). Vale mencionar, também, que no período de 2010 a 2015, foram despendidos cerca de 210 milhões de dólares em recursos do PROEX para o financiamento de exportações para Angola.

POLÍTICA INTERNA

Panorama geral

O fim da guerra civil, em 2002, após a morte do líder histórico da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país que esteve mergulhado em 40 anos de conflitos: 15 anos de luta anticolonial e 27 anos de embate fratricida.

A nova Constituição, aprovada e promulgada em janeiro de 2010, trouxe avanços em várias áreas das liberdades civis e coletivas e da ordem econômica do país. A Constituição prevê um regime presidencialista no qual o Presidente é eleito pelo voto direto e secreto e tem poderes para nomear os Governadores das províncias e também dos municípios. Extinguiu-se a figura do Primeiro-Ministro, mas criou-se o cargo de Vice-Presidente, o qual acumula as funções de coordenação administrativa.

De forma ordeira e tranquila, conforme relatos de observadores eleitorais, realizaram-se, em agosto de 2012, eleições presidenciais e legislativas. Como já esperado, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) elegeu o PR José Eduardo dos Santos, ao obter 71,8% dos votos válidos. O partido da situação elegeu, ademais, 175 dos 220 deputados à Assembleia Nacional, número que garante ao MPLA confortáveis 80% do Parlamento.

O programa de governo do MPLA para o quinquênio 2012-2017, inspirado na Estratégia Geral de Longo Prazo do partido, estruturou-se em torno dos seguintes eixos fundamentais: (i) a consolidação da paz, o reforço da democracia e a preservação da unidade e da coesão nacionais; (ii) a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; (iii) a melhoria da qualidade de vida dos angolanos; (iv) apoio ao empresariado nacional; (v) o reforço da inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Evolução política recente

Atualmente, a grande questão política no país gira em torno dos efeitos da queda do preço internacional do petróleo (cuja exportação corresponde a 70% das receitas do país) e seus impactos sociais. Em 2015, o governo angolano realizou severo corte no orçamento nacional inicialmente previsto. Conforme reconheceu à época o Presidente José Eduardo dos Santos, reduzia-se “enormemente a capacidade do Executivo de realizar despesas públicas e de financiar a economia. Se esta situação não for devidamente controlada e o país convenientemente orientado, podemos afetar as bases em que assenta a sua estabilidade econômica e social”.

A atual situação econômica também afeta as perspectivas para as próximas eleições gerais, previstas para 2017. Nesse contexto, registre-se que, em março de 2016, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou que deixará

“a vida pública ativa em 2018”. Nesse possível cenário de abandono definitivo da vida política do Presidente angolano, proliferam especulações sobre seus possíveis sucessores, mas sem qualquer nome de consenso. Ao que tudo indica, o MPLA já estaria discutindo internamente possíveis nomes, sem ter ainda encontrado nome aceito pela maioria e com respaldo da população.

Há grande expectativa em torno dessa incógnita, uma vez que a divulgação da lista do partido permitirá conhecer se haverá sucessão e, caso o nome de José Eduardo dos Santos não esteja efetivamente presente, revelará quem poderá ser futuro Presidente da República, haja vista que o partido da situação goza de grande favoritismo nas eleições.

Poder Legislativo

O Parlamento de Angola é unicameral (Assembleia Nacional). Nos termos da Constituição do país, trata-se de órgão “representativo de todos os angolanos, que exprime a vontade soberana do povo e exerce o poder legislativo do Estado”.

A Assembleia Nacional é integrada por 220 Deputados. Os Deputados são eleitos por sufrágio universal, direto, secreto e periódico, segundo o sistema de representação proporcional, para mandatos de cinco anos. São eleitos por círculos eleitorais, existindo um círculo eleitoral nacional – pelo qual se elegem 130 deputados – e círculos eleitorais correspondentes a cada uma das 18 províncias – pelo qual se elegem 5 Deputados por província (90 ao todo).

São elegíveis os cidadãos angolanos maiores de 18 anos. A lei eleitoral prevê algumas exceções que decorrem da natureza de certas funções, tais como as de magistrado, militar na ativa, diplomata, entre outras.

Poder Judiciário

Conforme a Constituição angolana, os Tribunais superiores de Angola são: o Tribunal Constitucional (a quem compete, em geral, administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional), o Tribunal Supremo (instância judicial superior da jurisdição comum), o Tribunal de Contas (o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição) e o Supremo Tribunal Militar (órgão superior na hierarquia dos tribunais militares).

Sempre conforme a Constituição angolana, os Tribunais são os órgãos “de soberania com competência de administrar a justiça em nome do povo” e,

no exercício da função jurisdicional, compete-lhes “dirimir conflitos de interesses público ou privado, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, bem como os princípios do acusatório e do contraditório e reprimir as violações da legalidade democrática”.

POLÍTICA EXTERNA

Angola tem assumido maior projeção no cenário internacional, em particular por meio de papel protagonístico no continente africano. O país é a segunda economia da África Austral, após a África do Sul, e ocupa assento não permanente no CSNU durante o biênio 2015/2016.

No continente, além dos vizinhos República Democrática do Congo e Namíbia, favorece o relacionamento com os Países Africanos de Língua Portuguesa, com os quais o sentido de cooperação e engajamento é reforçado pela atuação angolana na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O país, ao utilizar seu próprio exemplo de superação de conflitos fratricidas, projeta-se como interlocutor necessário nos processos de estabilização da África, não só entre os países vizinhos, mas também em outras zonas do continente, como o Golfo da Guiné e a Região dos Grandes Lagos. Luanda defende soluções africanas para os problemas africanos e busca reforçar o papel das organizações regionais. Apoia a ampliação das competências das entidades sub-regionais, como a União Africana e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Fora do continente, prioriza os parceiros estratégicos (Brasil, EUA e China), seguidos dos países com os quais mantém laços tradicionais, como Portugal, Rússia e Cuba. Grandes países europeus e o Japão também estão muito presentes em Angola, por meio de novos investimentos. Os vínculos com parceiros do Sul (Índia, Argentina, Venezuela, entre outros) estão sendo fortalecidos.

A diplomacia angolana tem-se esforçado para atrair investidores públicos e privados e para estimular parcerias internacionais que possam favorecer o crescimento e a diversificação de sua economia, sobretudo no atual cenário de contenção orçamentária decorrente da queda dos preços internacionais do petróleo.

A China é o principal parceiro comercial de Angola. O país é destino de metade das exportações angolanas (48,8%) e origem de praticamente um quarto de suas importações (23%).

Guiné-Bissau

Os guineenses nutrem pelos angolanos forte relação de proximidade, em função das relações históricas entre os dois países, que remontam à época da luta anticolonial.

As relações bilaterais foram abaladas quando, com o golpe militar de 2012, o novo governo da Guiné-Bissau determinou a evacuação imediata da MISSANG, missão militar angolana, composta por cerca de 200 militares, que apoiava a reforma do setor de defesa e segurança do país. A MISSANG foi, então, substituída por missão da CEDEAO – a ECOMIB.

Marco recente na reaproximação bilateral foi a visita do Presidente da Assembleia Nacional Parlamentar da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, a Luanda, em junho de 2015. O Presidente guineense José Mário Vaz esteve em Luanda, em novembro de 2015, para participar das festividades alusivas aos 40 anos de independência de Angola.

Quando de sua presidência no Conselho de Segurança (março), Luanda organizou a passagem do CSNU por Bissau (7 de março), que envolveu encontros com: Presidente José Mario Vaz; Primeiro-Ministro Carlos Correia; Presidente da Assembleia Nacional Popular Cipriano Cassamá; e lideranças do PAIGC (inclusive com o ex-Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira).

Conselho de Segurança

Angola exerce mandato eletivo no CSNU no biênio 2015-2016. Luanda tem-se engajado mais ativamente em temas africanos e, nesse sentido, entre outras medidas, preside o “Ad Hoc Working Group on Conflict Prevention and Resolution in Africa”.

Em março de 2016, Luanda exerceu a presidência mensal do Conselho de Segurança. Dentre as suas principais iniciativas, vale destacar as seguintes: debate aberto em nível ministerial sobre a prevenção e a resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos; debate aberto sobre papel das mulheres na

prevenção e na resolução de conflitos na África; e Fórmula Arria sobre segurança alimentar e conflitos.

Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL)

Desde janeiro de 2014, Angola ocupa a Presidência rotativa da CIRGL, organização que congrega 12 países da região dos Grandes Lagos (Angola, Burundi, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Uganda, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Zâmbia). Durante a presidência angolana, o engajamento da CIRGL na busca de soluções duradouras para as principais questões de segurança na região (Burundi, Leste da República Democrática do Congo, RCA e Sudão do Sul) tem sido fortalecido. A ausência de interesses diretos angolanos na perpetuação da instabilidade regional contribui para o renovado protagonismo da CIRGL.

Em março de 2016, quando na presidência do Conselho de Segurança, Luanda organizou debate aberto naquele órgão sobre a promoção da segurança na região dos Grandes Lagos, que resultou na adoção, em 31 de março, de Declaração Presidencial. Por meio dela, o Conselho de Segurança lamentou o descumprimento dos acordos regionais para estabilização da República Democrática do Congo, a continuidade do tráfico ilícito de recursos naturais e a importância da neutralização das milícias armadas em operação no leste da República Democrática do Congo.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia angolana vincula-se estreitamente às receitas oriundas das atividades petrolíferas. Estima-se que o setor responda por 46% do PIB do país, 70% de suas receitas totais e 95% de suas exportações. Essa dependência deixa o país exposto às oscilações dos preços internacionais do petróleo. Nesse contexto, o governo angolano vem envidando esforços para diversificar a economia.

O baixo preço internacional do petróleo tornou-se um dos mais importantes temas políticos e econômicos do país, com os mais variados desdobramentos: revisão do orçamento nacional, desvalorização cambial, inflação, adoção de política monetária restritiva.

Em 2015, o Governo angolano viu as receitas oriundas de exportação reduzirem-se drasticamente. Houve redução na projeção do PIB, nas

expectativas de crescimento da indústria de transformação e dos serviços. A baixa dos preços do petróleo também reduziu a entrada de dólares no país, com forte pressão sobre as reservas nacionais. O kwanza desvalorizou-se fortemente frente ao dólar, pressionando assim os preços dos produtos importados e, em consequência, a inflação, o que tem particular impacto sobre as camadas menos favorecidas da população.

De forma a contornar as limitações de suas reservas internacionais, o governo angolano vem tentando encontrar novas fontes de financiamento externo e renegociar as dívidas existentes. Ademais, pretende potencializar a produção nacional voltada ao mercado interno e internacional, gerando, desta forma, divisas, fora do setor petrolífero. Nesse contexto, pretende-se a canalização de recursos para apoiar a diversificação da economia produtiva no setor privado.

Inflação

Em 2002, ano em que o país saiu da Guerra Civil, a inflação alcançou 106%. Um ano depois, fruto de uma política monetária, cambial e fiscal rigorosa, registrou uma redução em 28%, fixando-se em 76,6%. Com o acentuar da crise atual (decorrente da queda dos preços internacionais do petróleo), a inflação que registrava índices baixos (na casa dos 7% em 2014) voltou a estar em alta, tendo alcançado, já em 2015, 14,27%.

Atualmente, a inflação anualizada está acima de 20%. Aponta-se como principais causas da recente escalada inflacionária, a alta dos preços dos combustíveis e a escassez de divisas para a importação, que, por sua vez, origina um efeito em cascata na redução da oferta de bens e serviços na economia.

Comércio Exterior

Os maiores parceiros comerciais do país são: China (que responde por mais de 40% de todo o comércio exterior do país), Estados Unidos (8%), Portugal (7%) e Índia (6,9%). O Brasil é o nono parceiro comercial de Angola (dados disponíveis de 2014). Entre 2013 e 2014 o país registrou considerável redução (20%) no saldo de sua balança comercial, reflexo inicial da queda dos preços do petróleo. Essa tendência pode ter-se aprofundado em 2015.

Comércio bilateral

Angola é nosso sexto parceiro na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis (99,6%), enquanto os principais produtos exportados foram carnes (26%) e açúcar (13%).

Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes. Em 2009, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, e o fluxo comercial reduziu-se a US\$ 1,47 bilhão. Manteve-se no mesmo patamar nos três anos seguintes (US\$ 1,44 bilhão em 2010, US\$ 1,51 bilhão em 2011 e US\$ 1,2 bilhão em 2012) e registrou recuperação a partir de então (US\$ 2 bilhões em 2013 e US\$ 2,4 bilhões em 2014). Em 2015, porém, houve novo declínio: o intercâmbio foi de apenas US\$ 680 milhões, redução parcialmente explicada pela queda nos preços do petróleo e da consequente crise econômica no país africano.

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola (5º maior exportador e 11º maior importador), a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta. Com efeito, nossas importações correspondem a apenas 1,7% das exportações angolana, e nossas exportações a apenas 4,8% das importações daquele país. Tal cenário é explicado, sobretudo, pela posição de destaque ocupada pela China, maior parceiro comercial de Angola.

Investimentos

Em abril de 2015, durante a visita do Ministro Mauro Vieira a Luanda, assinaram-se o Memorado de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Agricultura, da Energia e dos Serviços e do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) – este último ainda pendente de aprovação congressional. Os dois instrumentos são complementares: enquanto o memorando prevê criação de Grupo de Trabalho para identificar oportunidades e desenvolver projetos para a promoção de investimentos de empresas brasileiras em Angola, o ACFI prevê a criação de mecanismo intergovernamental de consultas na área.

Ainda nesse contexto, ressalte-se a assinatura, em junho de 2014, por ocasião de visita oficial do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, do Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios, cujas negociações haviam iniciado em janeiro de 2013. O Protocolo busca sanar dificuldades enfrentadas

pelas comunidades brasileira e angolana, estendendo para 24 meses o prazo de vistos de negócios e permitindo aos seus titulares permanência de até 90 dias não prorrogáveis por ano.

Todos esses acordos vêm-se juntar à linha de crédito concedida nos últimos anos a Angola como mecanismos de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado. Atualmente, Angola é o principal destino de financiamentos oficiais brasileiros na África e o segundo no mundo, atrás apenas da Argentina.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1975	Angola torna-se independente. Início da guerra civil, opondo o MPLA, apoiado por Cuba, à Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA) e à União Nacional para a Total Independência de Angola (UNITA), apoiadas pelos Estados Unidos e pela África do Sul
1979	Agostinho Neto, líder do MPLA, morre. José Eduardo dos Santos torna-se Presidente
1987	A África do Sul invade Angola para apoiar a UNITA
1988	África do Sul, Angola e Cuba assinam acordo para a retirada das tropas cubanas. A África do Sul retira-se do País
1989	MPLA e UNITA acordam cessar-fogo, que não é respeitado. A guerra civil é retomada
1991	Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam acordo de paz em Lisboa, que resulta em uma constituição multipartidária
1992	Eleições parlamentares e presidenciais. José Eduardo dos Santos é eleito
1993	Sanções da ONU contra a UNITA. EUA reconhecem o governo do MPLA
1994	Governo e a UNITA assinam o Protocolo de Lusaka
1996	Santos e Savimbi concordam em formar governo de união
1997	Início do governo de união. Savimbi recusa-se a participar
1998	Reinício da guerra civil
2002	Morre Savimbi. Governo e UNITA assinam cessar-fogo. UNITA abandona seu braço-armado, tornando-se um partido político
2010	Aprovação da Nova Constituição angolana
2012	Reeleição do Presidente José Eduardo dos Santos

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (novembro)
1982	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1983	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1984	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1992	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (novembro)
2005	VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (outubro)

2010	Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, e assinatura da Parceria Estratégica (junho)
2011	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Angola (outubro)
2012	Visita do Ministro Georges Chikoti ao Brasil. Realiza-se, na ocasião, a I Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (novembro)
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (junho)
2015	Visita do Ministro Mauro Vieira a Angola. Realiza-se, na ocasião, a II Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (abril)
2015	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Realiza-se, na ocasião, a III Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (novembro)
2016	O Ministro Mauro Vieira realiza visita oficial a Angola. Realiza-se, na ocasião, a IV Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (abril)

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de Celebração	Vigor Internacional	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/06/1980	11/02/1982	09/10/1990
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/06/1980	11/02/1982	09/10/1990
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços	31/05/1999	30/09/2000	02/10/2000
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola no Domínio de Turismo	17/04/2009	Em processo de ratificação	
Acordo de Cooperação entre a República	23/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional	

Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação		
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	01/04/2015	Em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Angola

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,81%	4,80%	3,00%	2,51%	2,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	124,91	126,78	102,98	81,50	86,29
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.277	5.199	4.100	3.150	3.238
PIB PPP (US\$ bilhões)	166,43	177,29	184,44	190,93	198,79
PIB PPP "per capita" (US\$)	7.030	7.271	7.344	7.381	7.461
População (milhões de habitantes)	23,67	24,38	25,12	25,87	26,64
Inflação (%) ⁽²⁾	7,69%	7,49%	14,27%	19,19%	14,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,68%	-2,94%	-8,50%	-11,59%	-8,81%
Dívida externa (US\$ bilhões)	25,00	28,45	33,84	38,59	43,40
Câmbio (Kz / US\$) ⁽²⁾	97,56	102,86	135,32	169,57	221,44

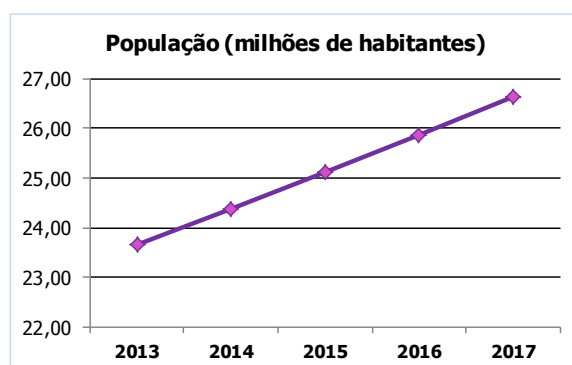
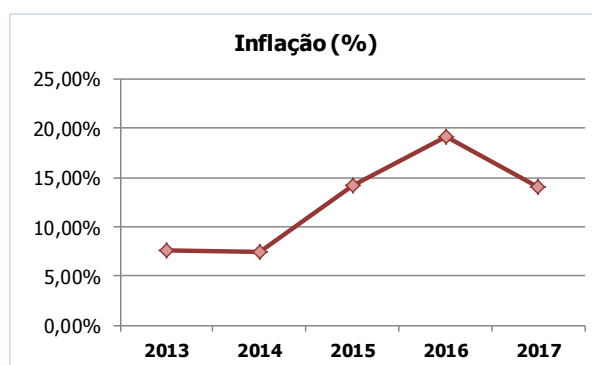
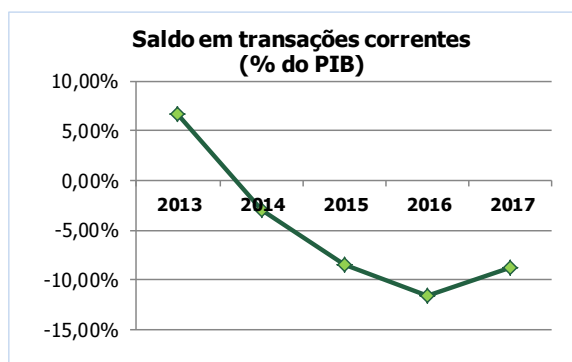
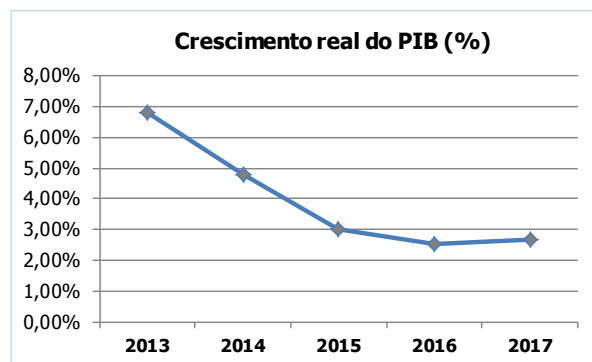
Origem do PIB (2011 Estimativa)

Agricultura	10,2%
Indústria	61,4%
Serviços	28,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



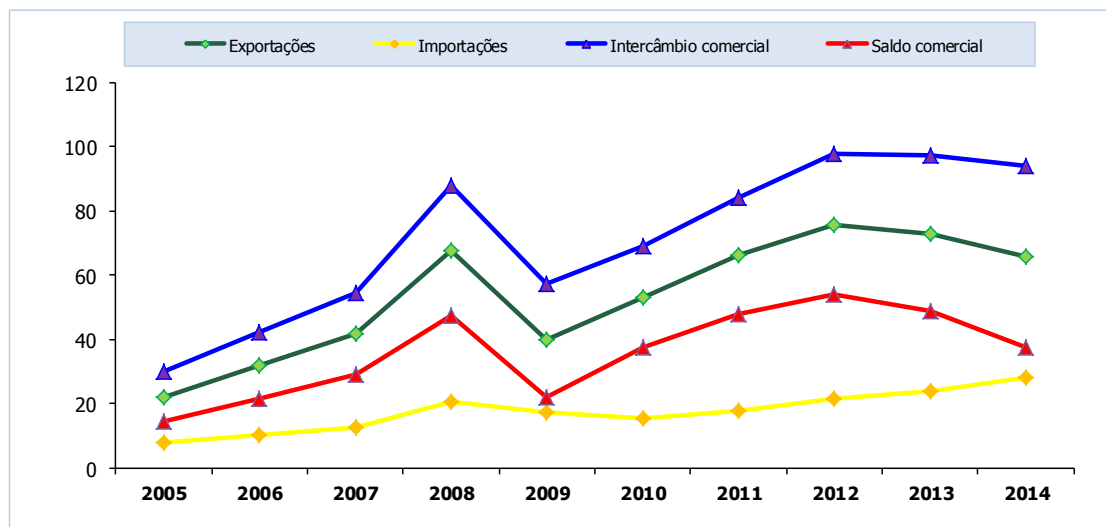
Evolução do comércio exterior da Angola
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	22,09	72,7%	7,76	17,6%	29,85	53,9%	14,32
2006	31,99	44,8%	10,50	35,2%	42,48	42,3%	21,49
2007	41,70	30,4%	12,67	20,7%	54,36	28,0%	29,03
2008	67,75	62,5%	20,46	61,5%	88,21	62,3%	47,30
2009	39,83	-41,2%	17,53	-14,3%	57,36	-35,0%	22,30
2010	53,30	33,8%	15,70	-10,5%	69,00	20,3%	37,60
2011	66,17	24,2%	17,98	14,5%	84,15	22,0%	48,19
2012	75,89	14,7%	21,78	21,1%	97,67	16,1%	54,11
2013	73,14	-3,6%	24,17	11,0%	97,31	-0,4%	48,97
2014	65,74	-10,1%	28,25	16,9%	93,99	-3,4%	37,49
Var. % 2005-2014	197,6%	--	263,8%	--	214,9%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



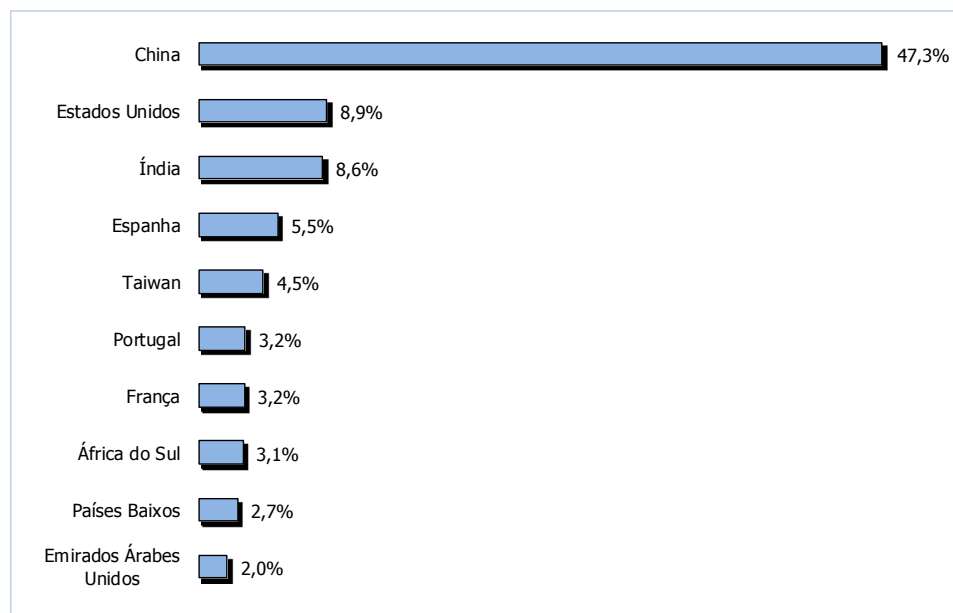
Direção das exportações da Angola
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	31,11	47,3%
Estados Unidos	5,84	8,9%
Índia	5,64	8,6%
Espanha	3,60	5,5%
Taiwan	2,95	4,5%
Portugal	2,13	3,2%
França	2,08	3,2%
África do Sul	2,02	3,1%
Países Baixos	1,77	2,7%
Emirados Árabes Unidos	1,32	2,0%
...		
Brasil (12ª posição)	1,11	1,7%
Subtotal	59,57	90,6%
Outros países	6,17	9,4%
Total	65,74	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



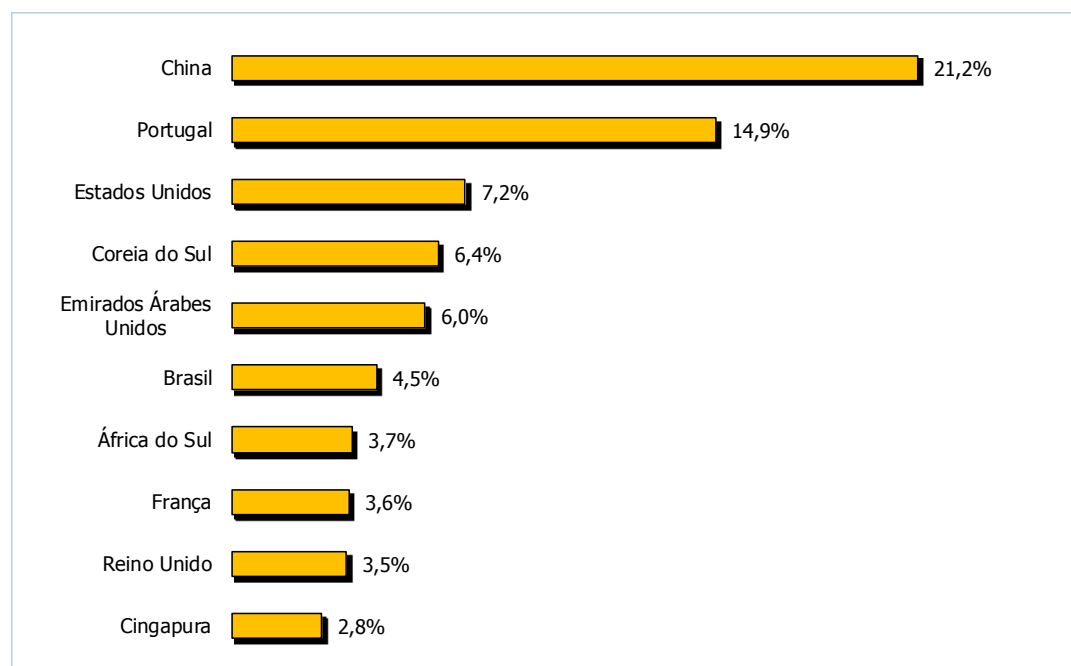
Origem das importações da Angola US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	5,98	21,2%
Portugal	4,22	14,9%
Estados Unidos	2,04	7,2%
Coreia do Sul	1,80	6,4%
Emirados Árabes Unidos	1,68	6,0%
Brasil	1,26	4,5%
África do Sul	1,05	3,7%
França	1,02	3,6%
Reino Unido	1,00	3,5%
Cingapura	0,79	2,8%
Subtotal	20,84	73,8%
Outros países	7,41	26,2%
Total	28,25	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



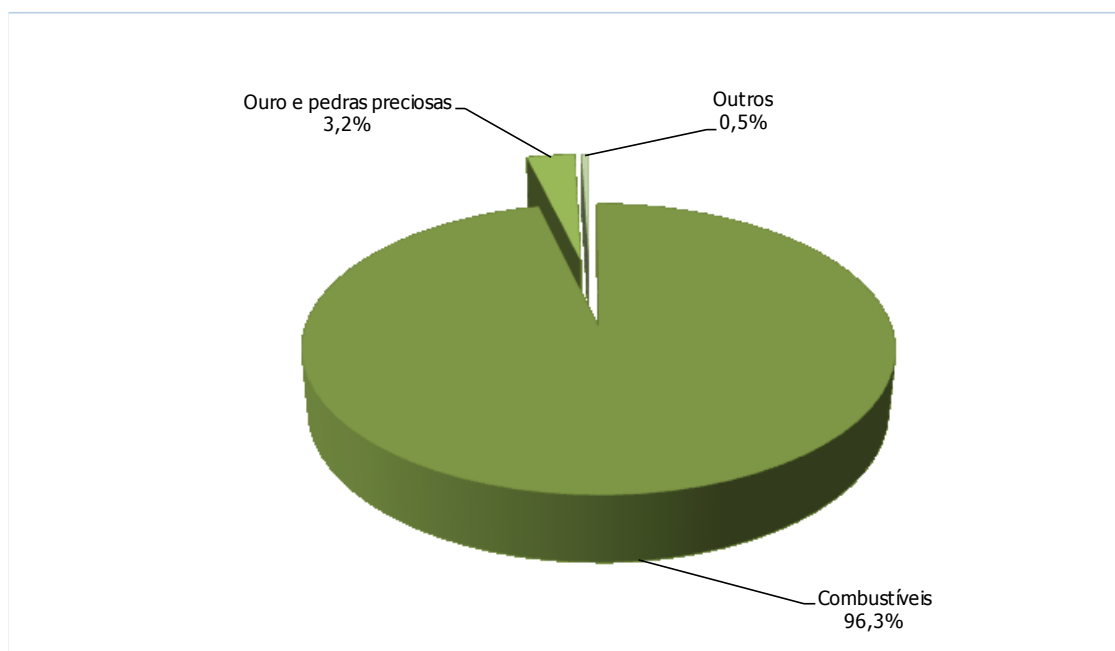
Composição das exportações da Angola US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	63,29	96,3%
Ouro e pedras preciosas	2,12	3,2%
Subtotal	65,41	99,5%
Outros	0,33	0,5%
Total	65,74	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais grupos de produtos exportados

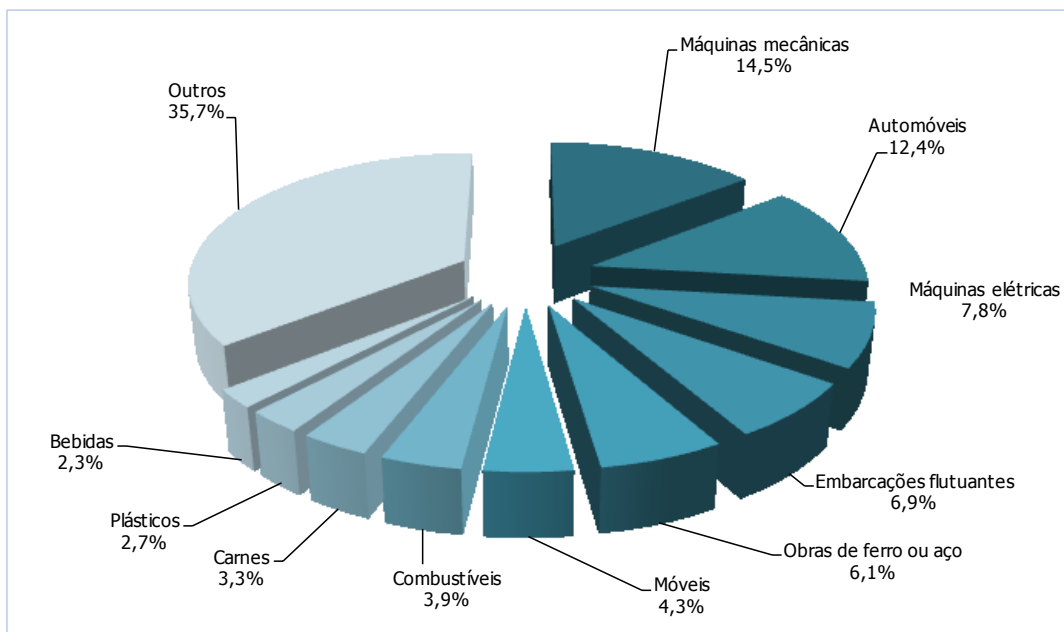


Composição das importações da Angola US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	4,09	14,5%
Automóveis	3,50	12,4%
Máquinas elétricas	2,21	7,8%
Embarcações flutuantes	1,96	6,9%
Obras de ferro ou aço	1,73	6,1%
Móveis	1,21	4,3%
Combustíveis	1,11	3,9%
Carnes	0,94	3,3%
Plásticos	0,77	2,7%
Bebidas	0,64	2,3%
Subtotal	18,16	64,3%
Outros	10,09	35,7%
Total	28,25	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Angola
US\$ milhões

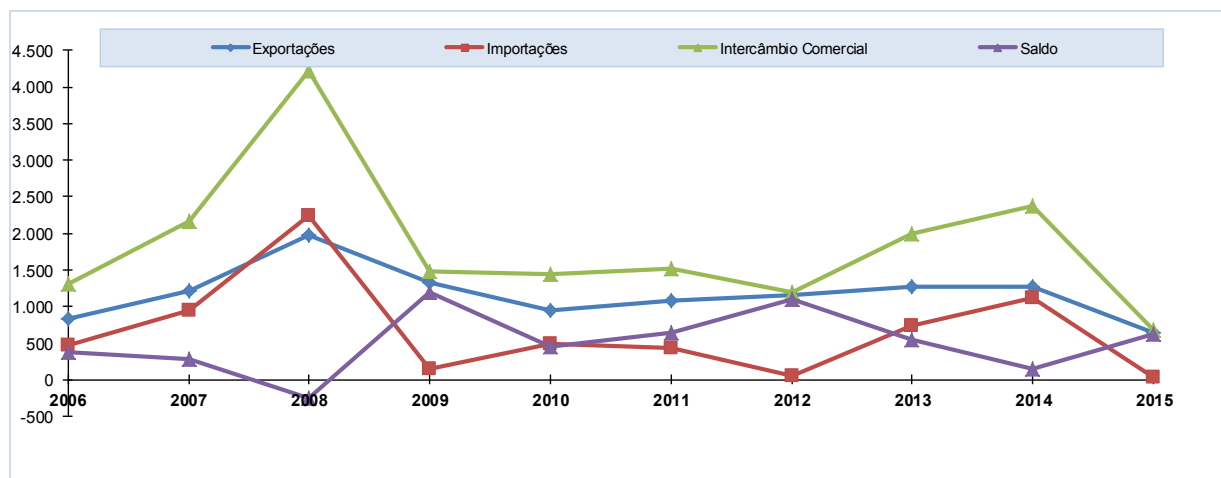
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,1%	1,00%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,1%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2,0%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616
2016 (jan-abr)	124	-32,0%	0,22%	29	n.a.	0,07%	153	-16,4%	0,16%	96
Var. % 2006-2015	-22,7%	--	--	-93,1%	--	--	-47,6%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

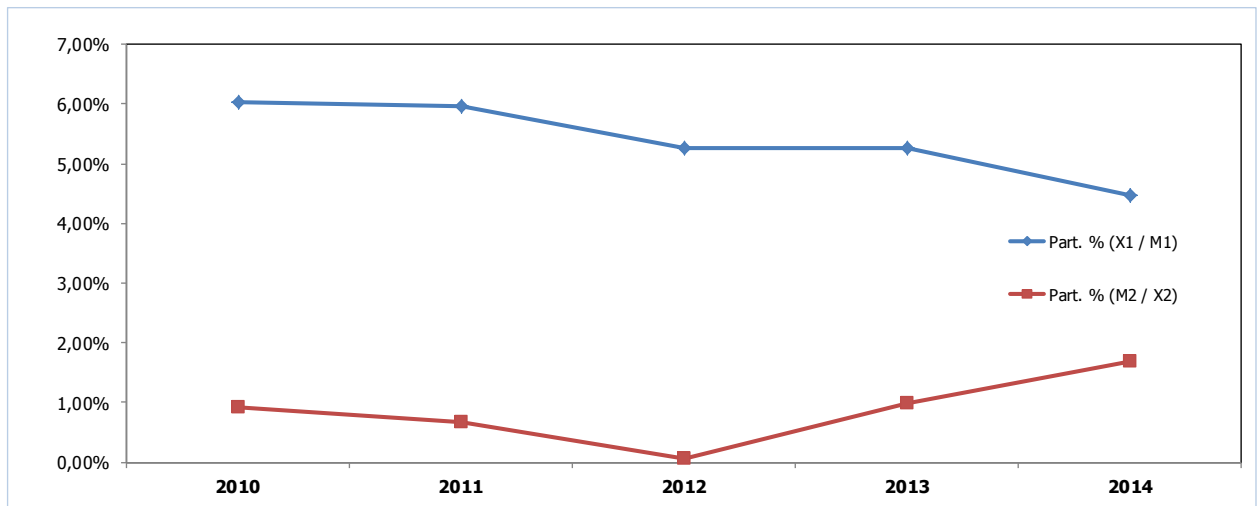


Part. % do Brasil no comércio da Angola
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Angola (X1)	947,1	1.074	1.145	1.271	1.262	33,2%
Importações totais da Angola (M1)	15.700	17.982	21.780	24.170	28.249	79,9%
Part. % (X1 / M1)	6,03%	5,97%	5,26%	5,26%	4,47%	-26,0%
Importações do Brasil originárias da Angola (M2)	494,5	438,1	45,9	726,8	1.110	124,5%
Exportações totais da Angola (X2)	53.300	66.172	75.886	73.144	65.740	23,3%
Part. % (M2 / X2)	0,93%	0,66%	0,06%	0,99%	1,69%	82,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Angola e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

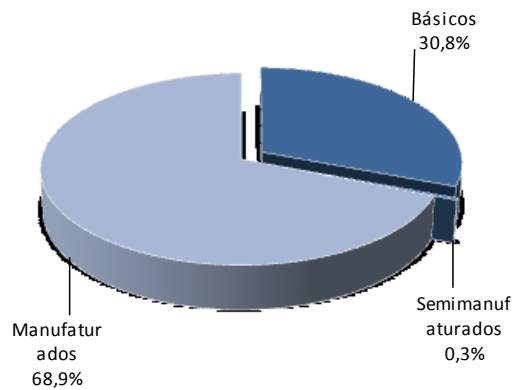


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

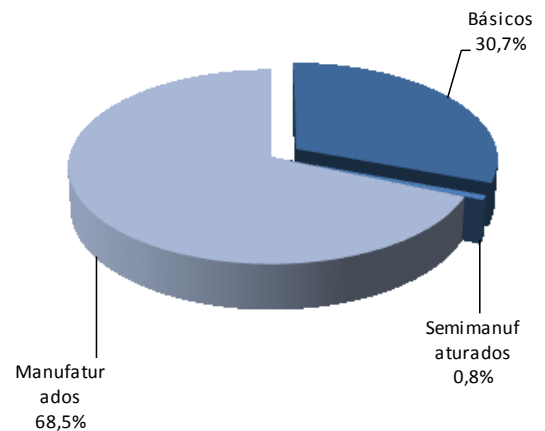
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

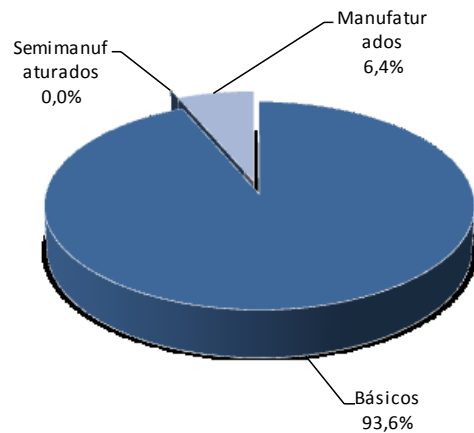


2015



Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

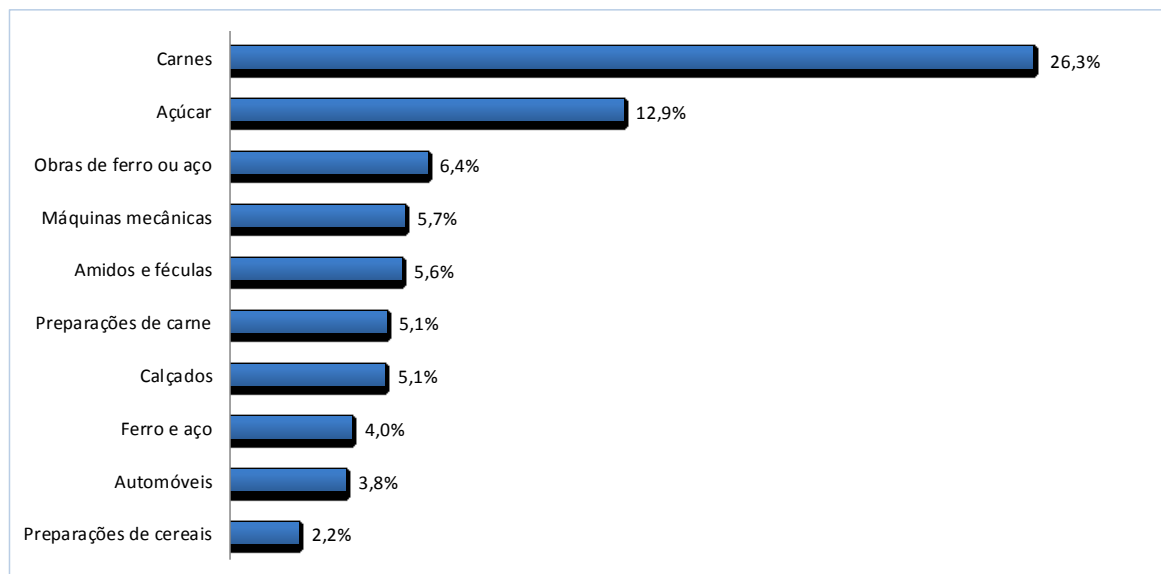
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Angola
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	315,9	24,9%	343,4	27,2%	170,4	26,3%
Açúcar	185,7	14,6%	184,8	14,6%	83,5	12,9%
Obras de ferro ou aço	33,1	2,6%	54,1	4,3%	41,6	6,4%
Máquinas mecânicas	90,0	7,1%	56,5	4,5%	36,9	5,7%
Amidos e féculas	37,7	3,0%	49,0	3,9%	36,2	5,6%
Preparações de carne	55,5	4,4%	74,9	5,9%	33,0	5,1%
Calçados	51,8	4,1%	54,9	4,4%	32,8	5,1%
Ferro e aço	24,1	1,9%	17,2	1,4%	25,8	4,0%
Automóveis	77,1	6,1%	111,8	8,9%	24,4	3,8%
Preparações de cereais	32,9	2,6%	40,0	3,2%	14,5	2,2%
Subtotal	903,8	71,1%	986,4	78,2%	499,0	77,0%
Outros produtos	367,4	28,9%	275,3	21,8%	149,0	23,0%
Total	1.271	100,0%	1.262	100,0%	648	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

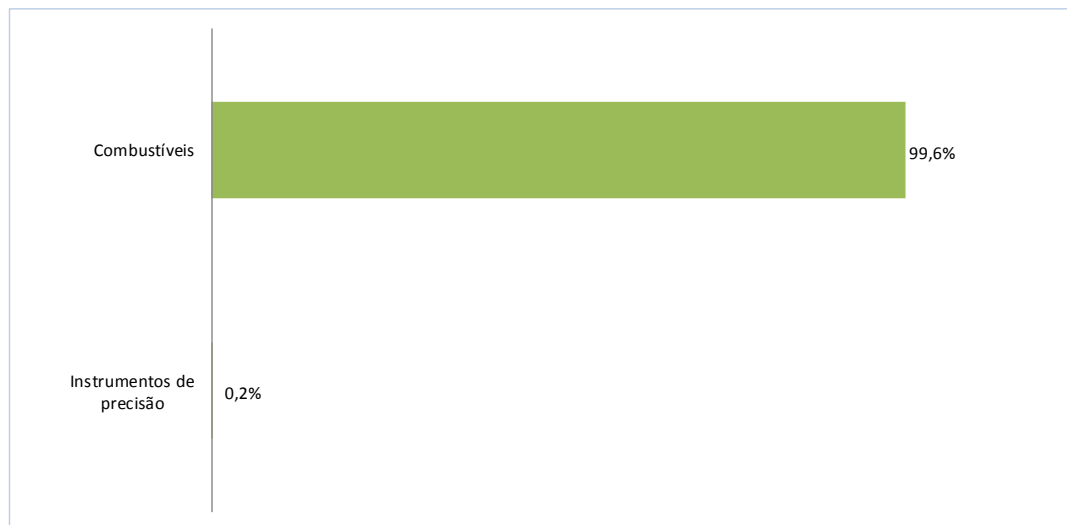


Composição das importações brasileiras originárias da Angola
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	726,8	100,0%	1.110	100,0%	31,7	99,6%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	0	0,0%	0,1	0,2%
Subtotal	726,8	100,0%	1.110	100,0%	31,8	99,8%
Outros produtos	0,0	0,0%	0	0,0%	0,1	0,2%
Total	726,8	100,0%	1.110	100,0%	31,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Carnes	49,00	26,8%	40,73	32,8%	
Açúcar	16,18	8,8%	12,55	10,1%	
Obras de ferro ou aço	8,36	4,6%	10,08	8,1%	
Amidos e féculas	8,85	4,8%	9,76	7,9%	
Preparações de carnes	14,53	7,9%	7,12	5,7%	
Máquinas elétricas	1,76	1,0%	7,08	5,7%	
Máquinas mecânicas	12,14	6,6%	6,23	5,0%	
Bebidas	0,64	0,3%	3,31	2,7%	
Cereais	4,18	2,3%	2,25	1,8%	
Ferro e aço	2,62	1,4%	2,17	1,7%	
Subtotal	118,26	64,6%	101,27	81,4%	
Outros produtos	64,72	35,4%	23,07	18,6%	
Total	182,99	100,0%	124,35	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Combustíveis	0,00	0,0%	26,73	93,4%	
Máquinas mecânicas	0,01	25,4%	1,87	6,6%	
Subtotal	0,01	100,0%	28,60	100,0%	
Outros produtos	0,03	0,0%	0,01	0,0%	
Total	0,05	100,0%	28,61	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.